

HABEAS CORPUS Nº 499.726 - MG (2019/0079483-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : THIAGO SEBE LEAL
ADVOGADO : THIAGO SEBE LEAL - MG115774
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : PATRICK HERNANY DOS SANTOS SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de PATRICK HERNANY DOS SANTOS SOUZA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.009327-8/000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 31/1/2019 por ter supostamente praticado delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06, e no art. 12 da Lei n. 10.826/03 (tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico e posse irregular de arma de fogo de uso permitido). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* originário perante a Corte estadual, a qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO, PORTE DE ARMAS DE FOGO DE USO PERMITIDO E RESTRITO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXTREMA - CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR - DESCABIMENTO - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - ORDEM DENEGADA. 1- Não merece ser acolhida a alegação de ausência de fundamentação se a il. Magistrada a quo converte a prisão em flagrante do paciente em preventiva quando presentes os requisitos autorizadores da medida extrema. 2- Inexistindo nos autos informações no sentido de que o benefício da prisão domiciliar foi formulado e apreciado perante o juízo a quo, inviável qualquer manifestação deste egrégio Tribunal sobre a matéria, neste momento, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância (fl. 22).

No presente *mandamus*, alega existirem dúvidas quanto à autoria do delito. Indica que os policiais militares não souberam individualizar a conduta do paciente.

Afirma que "(...) mesmo que tenha sido apreendida razoável quantidade de entorpecentes, a propriedade dos objetos apreendidos demanda uma melhor investigação para saber quem é o real proprietário destas substancias, haja vista que as substancias ilícitas foram localizadas em cima da laje da residência" (fl. 4).

Aponta que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente e alega a suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Argumenta que, em caso de condenação, o regime inicial para o cumprimento da reprimenda será diverso do fechado, assim como a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por restritivas de direito. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente severa.

Informa que o paciente possui filho menor de 6 anos de idade e que sua presença é essencial para os cuidados do menino, de maneira que julga ser o caso de substituição da prisão preventiva pela custódia em regime domiciliar.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com expedição de alvará de soltura, se for o caso mediante imposição das medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I, II, IV, V e IX, do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, pugna pela concessão da prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso III, do mesmo Diploma legal.

É o relatório.

Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no RHC 110.592/MG, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no *Habeas Corpus* n. 1.0000.19.009327-8/000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*, reservo a análise da controvérsia aos autos do recurso ordinário em *habeas corpus* devidamente processado na origem.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM

HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se..

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator